

Por Gabriele
Caldas Cabral

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), linha de pesquisa em Estudos Asiáticos.

Recebido em: 26/01/2021

Aprovado em: 07/03/2022

A INFLUÊNCIA DA CHINA NO SISTEMA INTERNACIONAL: REINSERÇÃO CHINESA E OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS

THE INFLUENCE OF CHINA IN THE INTERNATIONAL SYSTEM: CHINESE REINTEGRATION AND UN PEACE OPERATIONS AS AN INSTRUMENT TO NATIONAL INTERESTS' DEFENSE

RESUMO: Iniciando-se em uma época de bipolaridade das relações e progredindo de acordo com que esta bipolaridade da Guerra Fria fragmentava-se, dando lugar para a hegemonia norte-americana, a China constituiu-se como uma alternativa de mercado e de potência com poder decisivo em relação às potências ocidentais tradicionais, como os Estados Unidos, Reino Unido e França. A defesa da multipolarização e do multilateralismo das relações e das decisões internacionais constituiu-se como peça-chave da Política Externa chinesa, aliada à defesa dos princípios de soberania, autodeterminação dos povos, defesa dos interesses nacionais e da segurança nacional, integração física do espaço nacional e promoção do mercado interno. Deste modo, por meio de uma revisão de literatura, este trabalho objetivou entender de que forma a República Popular da China possui influência na tomada de decisão no cenário internacional com relação a fatores de política externa. A partir de uma análise histórica, este estudo identificou os aspectos que fizeram o país alcançar a posição diplomática em que se encontra hoje. Dentre eles, pode-se citar a Revolução Cultural, o cisma sino-soviético, a explosão da primeira bomba atômica chinesa e a maior aproximação com os Estados Unidos. Para tanto, o estudo evidenciou o ativismo da República Popular da China nas missões de paz da Organização das Nações Unidas como forma de medir sua influência no Sistema Internacional, além de analisar, por meio deste ativismo, a busca pelos interesses nacionais e a defesa do multilateralismo.

Palavras-chave: China; missões de paz da ONU; política externa; reinserção; sistema internacional.

ABSTRACT: Beginning in an era of bipolar relations and progressing according to which this Cold War's bipolarity fragmented, giving place to North American hegemony,



China constitutes itself as an alternative market and power with decision-making power regarding the traditional Western powers such as the United States, United Kingdom and France. The defense of multi-polarization and the multilateralism of international relations and decisions constitute a key part of China's foreign policy, allied to the defense of the principles of sovereignty, self-determination, defense of national interests and national security, physical integration of the national space and internal market's promotion. Thus, through a literature review, this paper aimed to understand in which way the People's Republic of China has influence in decision making in the international scenario regarding foreign policy factors. From a historical analysis, this study identified the aspects that made the country reach the diplomatic position that it is today. Among them, we can mention the Cultural Revolution, the Sino-Soviet schism, the explosion of the first Chinese atomic bomb and the closest approach with the United States. In addition, the study highlighted the activism of the People's Republic of China in the United Nations peacekeeping missions as a way of measuring its influence on the International System, as well as analyzing, through this activism, the search for national interests and the defense of multilateralism.

Keywords: China; UN peacekeeping operations; foreign policy; reinsertion; international system.

1 INTRODUÇÃO

Diante da complexidade da nova ordem das relações internacionais, é necessário evidenciar a ascensão das novas potências e seu poder no cenário global. Assim, o presente trabalho irá focar na análise da ascensão chinesa na nova ordem internacional e do seu papel no Sistema Internacional atual.

O Sistema Internacional, definido por Bobbio (2000, p. 1091-1094), é um ambiente anárquico em que as relações entre os Estados são norteadas por elementos estruturais no seu contexto de interação, como leis e organizações internacionais, instituições, alianças e associações. É um termo bastante utilizado nas Relações Internacionais e de extrema importância para entender as discussões no âmbito internacional, bem como para a melhor compreensão deste trabalho.

A China é, no cenário atual, um importante ator internacional, determinante para as relações internacionais, sendo a economia o seu melhor instrumento de ação no Sistema Internacional.

A emergência econômica chinesa é, hoje, fato incontestável e objeto de noticiário cotidiano pela imprensa mundial. Permanecem, contudo, incertezas críticas, sobre um cenário futuro favorável ou pacífico da China. Entre estas, a dúvida sobre se aquele país será capaz de manter o controle sobre a evolução de sua política interna e economia. (PINTO, 2007, p. 97)

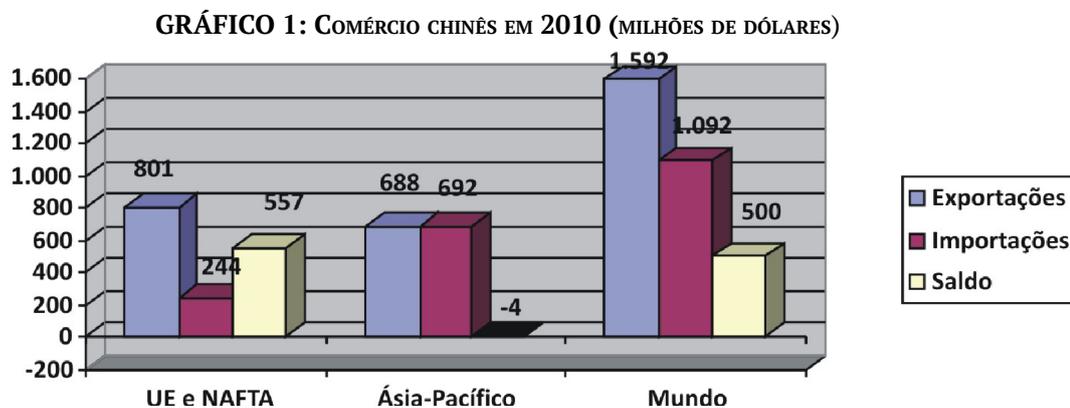
A ampliação da esfera de influência da República Popular da China é nítida, tendo a economia como um dos pilares de sustentação da sua influência mundial, já que, por ter ideologia e práticas diferentes das potências ocidentais, a China e sua capacidade econômica tornaram-se uma alternativa de investimento, crédito e

comércio para os países periféricos e em desenvolvimento. De modo que, a partir de seu poder econômico, a China pode projetar sua influência para outras áreas, dentre elas, as instituições internacionais.

É evidente o protagonismo e ativismo da China, principalmente no âmbito regional. No escopo institucional, a China, ao adquirir influência internacional, entrou em vários mecanismos que possuem, como objetivo, a integração regional. Entre eles estão a *Organização de Cooperação de Shanghai* (OCS), o *Asian-Pacific Economic Cooperation* (APEC) e o Fórum de Cooperação América Latina-Ásia (Focalal). Além disso, a China passou a participar de instituições e acordos que visam a inserção dos países periféricos no cenário internacional, com o intuito de tirar o protagonismo das relações internacionais das mãos das potências ocidentais tradicionais, desafiando, principalmente, o unilateralismo estadunidense. Exemplos disso são os BRICS – bloco econômico constituído pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – o *New Development Bank*, a fundação do banco de desenvolvimento que foca em países asiáticos, o *Asian Investment Bank* (AIIB), além do Tratado Comercial Transpacífico, sendo este um acordo de livre-comércio estabelecido entre doze países banhados pelo Oceano Pacífico, com objetivos de:

[...] promover o crescimento econômico; apoiar a criação e manutenção de postos de trabalho, reforçar a inovação, a produtividade e a competitividade; elevar os padrões de vida, reduzir a pobreza em nossos países, e promover a transparência, a boa governança e proteção ambiental. (Office of the United States Trade Representative, 2015, tradução nossa)¹

Na esfera comercial, a China passou a ser o maior parceiro comercial da maioria dos países asiáticos, desse modo, o comércio chinês possui mais da metade das atividades voltadas para o comércio com a Ásia-Pacífico (Gráfico 1).



FONTE: EUROMONITOR INTERNATIONAL (2011).

¹ Texto original: [...] promote economic growth; support the creation and retention of jobs; enhance innovation, productivity and competitiveness; raise living standards; reduce poverty in our countries; and promote transparency, good governance, and enhanced labor and environmental protections. (Office of the United States Trade Representative, 2015)

Assim, o “[...] desenvolvimento da economia continental e a ampliação da capacidade econômica tornam-se um instrumento da Política Externa chinesa” (PAUTASSO, 2011, p. 45). Em suma, percebe-se que a diplomacia chinesa tem foco no fortalecimento do multilateralismo, diversificando suas alianças, entrando em instituições com mecanismos multilaterais e adquirindo recursos para promover o desenvolvimento nacional.

Pode-se perceber, a partir de discursos do atual presidente da China, Xi Jinping, que a Política Externa chinesa usa como base para sua constituição, os objetivos de preservar a segurança nacional, zelar a soberania do Estado, manter a integridade territorial, buscar a reunificação com a Província de Taiwan e dar continuidade ao seu desenvolvimento econômico; defendendo a necessidade da multilateralidade das estruturas internacionais para melhor garantir os interesses estatais, bem como os de proteger de eventuais atitudes contenciosas vinda das grandes potências. Sendo assim, a China é, no contexto internacional atual, importante ator para a manutenção desta multilateralidade e um cerne alternativo às grandes potências tradicionais, já que se constitui como uma das cinco grandes potências nucleares do mundo contemporâneo, sendo membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a possuir poder de veto nas resoluções submetidas neste órgão. Além de ser uma das maiores economias do mundo e ser uma potência regional, possuindo, assim, bastante influência no rumo das decisões do atual Sistema Internacional.

Deste modo, por meio de uma metodologia qualitativa de pesquisa, este trabalho constituiu-se de uma revisão de literatura de artigos, teses e notícias. Lançando mão de pesquisas em bases de dados internacionais como *The World Factbook*, *The World Bank Group*, *Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China*; em bibliotecas digitais como no Portal de Periódicos CAPES, Portal de Periódicos Scielo, Google Acadêmico e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-SP. Além de pesquisas em livros físicos como o “Sobre a China” de Henry Kissinger e “O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China”, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em parceria com o Itamaraty. Por fim, fez-se pesquisas em portais de notícias como o *The Diplomat*, *China News Service*, *Le Monde*, *El País*, *Le Monde Diplomatic*, Diário de Notícias e Exame.com.

Assim, através destes instrumentos de pesquisa, este trabalho objetivou entender de que forma a República Popular da China possui influência na tomada de decisão no cenário internacional com relação a fatores de política externa. Valen-

do-se de uma análise histórica, o presente trabalho tem como objetivo detectar quais fatores fizeram a China alcançar a configuração diplomática em que se encontra hoje, além evidenciar o ativismo do país nas missões de paz da Organização das Nações Unidas como forma de medir sua influência no Sistema Internacional; e apresentar o argumento de que a participação chinesa junto às operações de paz da ONU atendem aos objetivos nacionais elencados e auxiliam a China em sua defesa do multilateralismo.

Utilizando termos e conceitos das Relações Internacionais para nortear a redação do texto, o presente trabalho foi dividido em quatro partes: Introdução, Análise Histórica, O ativismo da China no Sistema Internacional e Considerações Finais.

A Análise Histórica, correspondente à segunda seção do texto, aborda o momento da História em que a China se inseriu de modo efetivo no contexto das relações internacionais e passou a ter poder de decisão dentro do cenário internacional. O ativismo da China no Sistema Internacional, correspondente à seção três, trata da compreensão acerca da influência da China na ONU, trazendo como foco seu grau de ativismo nas missões de paz da organização e as justificativas para tal ativismo. Por fim, nas Considerações Finais, sendo ela a quarta seção, há a retomada dos aspectos gerais abordados no texto, bem como a ênfase na importância do estudo feito.

2 ANÁLISE HISTÓRICA

A República Popular da China é, hoje, o país mais populoso do mundo, com mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes em 2021, segundo dados do *The World Factbook* (2021). É uma das maiores economias do mundo, com um mercado que possui extensão mundial e uma das potências que mais influenciam nas decisões internacionais. Dessa forma, analisar o processo histórico e o momento da reinserção da China como influenciadora das políticas internacionais é de fundamental importância para o melhor entendimento do seu papel no Sistema Internacional atual.

Desde a sua fundação, em 1949, até a metade do século XX, a República Popular da China (RPC) vinha em uma situação de relativo isolamento com relação aos outros Estados. A política de Mao Tsé-Tung era baseada na autossuficiência do país e na não inserção no âmbito internacional. “Era inegável que, internacional-

mente, a China perdera terreno desde a revolução [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 456). Porém, mesmo nesta situação de relativo isolamento para com o relacionamento com os outros Estados, a RPC ainda se envolvia em questões que impactavam o interesse nacional. Exemplo disso foi o envolvimento da China na Guerra da Coreia em 25 de outubro de 1950, com a justificativa de que as bombas americanas estavam caindo no lado chinês do rio Yalu – rio fronteiro da República Popular da China e da Coreia do Norte. Porém, o motivo por trás desta justificativa era o de que, o fato de que os EUA terem conseguido apoio da ONU para interferir no conflito coreano, significava uma vitória política bastante ameaçadora para o bloco soviético e seus aliados, de modo que, a forma que a China encontrou de ir de encontro ao poder americano, foi se envolvendo na guerra contra os Estados Unidos.

Após anos de guerra civil, em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado por Mao Tsé-Tung, derrotou o partido nacionalista *Kuomintang* e estabeleceu a República Popular da China.

Ao assumir o poder, Mao instalou revisões estruturais na China que levaram a crises e ao isolamento chinês do resto do mundo. A primeira revisão foi de caráter econômico, chamada de Grande Salto Adiante (1958-1960). Esta campanha visava transformar a China em um país desenvolvido e socialmente igualitário a partir da coletivização do campo e da industrialização das cidades. Porém:

As metas do Grande Salto Adiante eram exorbitantes, e a perspectiva de dissidência ou fracasso era tão aterrorizante que os quadros locais costumavam fraudar seus números de produção e enviar relatórios com totais inflados para Pequim. Tomando esses relatórios ao pé da letra, Pequim continuou a exportar grãos para a União Soviética em troca de indústria pesada e armamentos. De 1959 a 1962, a China vivenciou uma das piores fomes da história humana, levando à morte de mais de 20 milhões de pessoas. (KISSINGER, 2011, p. 189)

A Revolução Cultural Chinesa (1966 – 1979) foi a segunda revisão estrutural implantada por Mao Tsé-Tung e caracterizou-se por ser uma campanha política, com o objetivo de acabar com o que sobrara da cultura tradicional chinesa. “Ele impeliu a China a uma década de frenesi ideológico, sectarismo político feroz e quase guerra civil [...]” (KISSINGER, 2011, p. 197). Houve ataques violentos contra as instituições chinesas e Mao tinha a intenção de subjugar o Estado chinês e as posições existentes, de modo que estimulou os jovens chineses a se rebelarem contra as estruturas institucionais, tendo como resultado, segundo Kissinger (2011), muitas mortes e a perda do poder dos órgãos chineses. Além disso, houve expurgos de intelectuais confucionistas, e tanto universidades quanto ambientes de caráter histórico e considerados parte da cultura tradicional foram fechados.

A partir da Revolução Cultural, a China, que desde a fundação da República Popular tinha aliança com a União Soviética, passou a considerá-la uma ameaça à segurança chinesa, então ergueu-se “[...] com fúria contra o bloco soviético, as potências ocidentais, e suas próprias história e cultura” (KISSINGER, 2011, p. 198).

Na década de 1960, após o cisma Moscou-Pequim, a China de Mao Tsé-Tung passou a ser:

[...] um centro autônomo de poder em meio à ordem bipolar vigente, contestando o congelamento nuclear em mãos das duas superpotências. Ao explodir sua primeira bomba atômica, em 16 de outubro de 1964, a China mudava a correlação de forças sobre o cenário internacional. (SARAIVA, 2008, p. 229)

Com a oportunidade de ascender como um novo poder na ordem internacional e com a ameaça da corrida armamentista dos EUA e da União Soviética, a China deu início a uma série de pesquisas e desenvolvimento de tecnologia nuclear militar para que passasse a ser considerada como uma potência nuclear, além de que não queria sofrer ameaças das outras potências nucleares. Assim, em outubro de 1964, a China fez seu primeiro teste nuclear, caracterizando-se, a partir daí, como uma força emergente no cenário internacional para, posteriormente, entrar no rol das grandes potências nucleares do mundo.

Após a morte de Stalin, a capacidade de domínio imperial do comunismo soviético ficou comprometida, fazendo com que a China tivesse a oportunidade de ascender como novo modelo nacional de comunismo com ideologia própria, distanciando-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e causando a cisão Moscou-Pequim. “[...] apesar dos seus atrasos e misérias, a China nunca teve os complexos de inferioridade cultural tão típicos da URSS [...]. Foi essa também a razão principal da ruptura sino-soviética [...].” (HOBSBAWM, 1995 apud SUKUP, 2002, p. 83).

Nos anos 1970, com a Revolução Cultural, o cisma sino-soviético, a crise nuclear da Guerra Fria e a maior participação do Terceiro Mundo nas relações internacionais, a RPC passou a tentar acabar com seu isolamento e voltar a participar das decisões e interações do Sistema Internacional. Com isso, buscou uma aproximação com os EUA no intuito de fazer desta nova relação um instrumento para a reinserção chinesa nas relações internacionais, evitando entrar em qualquer conflito direto com o país por meio do discurso da busca pela igualdade entre os Estados, de modo a “[...] tranquilizar os Estados Unidos de que a China não era uma ameaça potencial que devia ser contrabalanceada” (KISSINGER, 2011, p. 248). Du-

rante este período, segundo Shu (2005), a Política Externa chinesa era uma busca “pragmática” para conseguir recursos no âmbito internacional, em atender as necessidades internas da população chinesa e em tentar superar os planos de reconstrução do país que foram implantados durante a revolução de cunho comunista (Grande Salto Adiante e Revolução Cultural).

A aproximação com os Estados Unidos foi um elemento de grande importância na volta da China para o âmbito das relações internacionais. Graças a esta amizade, os Estados membros da ONU perceberam a mudança de posição dos EUA com relação à China e, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1971, votaram contra a moção e manter o assento de Taiwan na ONU. Assim, a República Popular da China ganhou o assento e Taiwan foi expulsa. A China foi aceita no Conselho de Segurança e isso auxiliou na normalização das relações da RPC com outros Estados.

A abertura diplomática chinesa foi complementada com a subida de Deng Xiaoping ao poder. Em 1975, Deng assume o cargo de Vice-Primeiro Ministro da RPC e, após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, tornou-se, aos poucos, o novo líder da China, subindo ao cargo de Chefe do Comitê Central do Partido Comunista Chinês em 1982. Deng, mesmo antes da morte de Mao, já ocupava cargos de prestígio no Partido Comunista Chinês e, em 1974, após a Revolução Cultural, Deng “[...] começou a moldar uma modernização que ao longo do século XXI iria transformar a China numa superpotência econômica” (KISSINGER, 2011, p. 318). Com o discurso de priorizar a ciência e a tecnologia e investir na educação para o desenvolvimento da economia chinesa, Deng eliminou as comunas e alavancou a autonomia das províncias para adotar o que ele chamou de “socialismo com características chinesas” (KISSINGER, 2011, p. 315).

A partir do que chamou de políticas de “Reforma e Abertura”, Deng introduziu seus princípios de “modernização socialista” na China no intuito de transformá-la em uma potência mundial, esforçando-se para cumprir suas metas até sair da liderança do PCC, em 1987. Ele afirmava que a China precisava de tecnologia, especialização e capital estrangeiro para reparar os problemas chineses. Desse modo, a China iniciou seu processo de abertura comercial, expandindo economicamente e vindo a se tornar esta potência que é atualmente. Segundo Kissinger, este posto de superpotência econômica adquirido pela China “[...] é o legado de Deng Xiaoping” (KISSINGER, 2011, p. 326).

Além disso, por meio da “Política de Portas Abertas”, Deng promoveu a ex-

pansão dos vínculos diplomáticos chineses com países não pertencentes ao bloco socialista. Segundo Henrique de Oliveira e Alexandre Leite (2014), a Política Externa chinesa, até a contemporaneidade, baseou-se em uma estratégia de discrição e moderação, com fundamento no princípio de Deng Xiaoping de “[...] esconder suas capacidades, concentrando-se na construção de fortalecimento nacional e adiantando seu tempo” (OLIVEIRA; LEITE, 2014, p. 266). Mas a movimentação da RPC no Mar do Sul da China e o estabelecimento de uma zona de defesa aérea no Mar do Leste da China, pode ser levada em consideração como um exemplo de uma possível mudança na estratégia internacional chinesa. Passando, pouco a pouco, de uma política externa discreta para uma estratégia um pouco mais ativa e expansiva. Uma explicação para isso pode estar no fato de que a China já se consolidou como potência regional e mundial, além de ser uma das maiores economias do mundo, tendo, assim, mais poder dentro do cenário internacional, de modo a ter mais segurança nas suas ações e passar a buscar seus interesses por meio da expansão da sua influência.

3 O ATIVISMO DA CHINA NO SISTEMA INTERNACIONAL

Com a abertura diplomática da China e a aproximação com os EUA, a entrada da RPC nas instituições internacionais foi facilitada, sendo esta essencial para o aumento da influência e ativismo da China no âmbito internacional.

Como parte da estratégia para aprofundar a sua inserção internacional, logo após o início das reformas, a China começou a buscar a restauração de sua condição de membro em instituições internacionais, como também legitimar o programa de desenvolvimento que foi adotado no final da década de setenta. (SHU, 2005, p. 92)

A entrada da China na ONU é um marco na história da diplomacia chinesa, pois é a partir deste fenômeno que a República Popular da China passa a ter mais visibilidade internacional e pode, assim, fazer demandas e ir em busca dos interesses nacionais no âmbito internacional.

Como já dito anteriormente, a China ingressou na instituição em função da expulsão de Taiwan da mesma. Desde sua fundação, em 1949, a RPC solicitava a entrada na ONU com a justificativa de que ela era o verdadeiro representante do povo chinês, sendo Taiwan um governo arbitrário e não representativo do povo chinês. O teste nuclear feito em 1964, o reconhecimento do seu governo pela França e a influência chinesa cada vez maior na Ásia e na África fizeram com que pas-

sasse a ser impossível ignorar as solicitações de um país tão grande e emergente como a China. Assim, devido às pressões feitas por países ocidentais e a influência cada vez maior da China no mundo, os Estados Unidos se sentiram obrigados a reconhecer o governo chinês e a entrada da RPC na ONU no lugar de Taiwan. Então, em 25 de outubro de 1971, a República Popular da China substituiu Taiwan na ONU e em 23 de novembro do mesmo ano, a China tornou-se membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tendo o poder de veto e, assim, consolidando seu poder no cenário internacional.

Devido às agitações decorrentes da questão da entrada da China na ONU e às assimetrias com os demais membros permanentes do CSNU, a atuação da China no órgão foi mais discreta nas primeiras três décadas após a sua entrada.

A projeção internacional da China só introduziu uma mudança em meados do ano 2000, quando a economia chinesa passou a ter uma amplitude maior e a ter peso em praticamente todos os continentes. Isso refletiu na Política Externa do país, bem como nas suas práticas diplomáticas nas instituições internacionais, de modo a aumentar o seu nível de atividade, já que, de acordo com Rai (1977), houve um aumento da percepção da China em relação à elevação da sua influência internacional.

Em 2003, a China começa a utilizar o termo “ascensão pacífica” como guia de sua política externa, tendo cinco princípios fundamentais:

(1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. (CUNHA, 2008, p.9)

Esta preocupação chinesa com a sua imagem internacional origina-se depois do Massacre da Praça da Paz Celestial, evento em que uma manifestação estudantil pacífica contra o Partido Comunista foi brutalmente reprimida pelo Exército da Libertação Popular, levando a muitas mortes e causando uma imagem negativa da China perante à comunidade internacional.

Principalmente a partir de 2007, a China mudou sua atitude de se abster das votações nas reuniões da ONU para interferir em questões internacionais cruciais para o futuro do Sistema Internacional, fazendo aliança com a Rússia e pressionando os países ocidentais liderados pelos EUA a mudar certas atitudes. Mas o mais importante, a China passou a usar com mais frequência o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, prerrogativa que antes só havia sido utilizada pelo

país em questões pontuais que o afetassem diretamente, como questões ligadas a Taiwan, por exemplo.

A mudança de comportamento da China dentro do Conselho de Segurança é resultado direto de uma importante mudança de rumo na política externa do governo de Pequim: a ênfase no multilateralismo como forma de aumento de seu protagonismo. (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015, p. 704)

A aliança com a Rússia permite que ambos possam diminuir a influência dos países ocidentais em ambientes multilaterais, além de visar delimitar uma área livre de interferências multilaterais das potências ocidentais. Este fenômeno mostra, claramente, a influência internacional adquirida pela China nos últimos anos, bem como o seu ativismo no âmbito internacional para garantir seus interesses de Estado.

Nesta perspectiva de ativismo chinês junto à sociedade internacional, encontra-se a sua participação nas operações de paz da ONU. Pode-se observar que, ao participar das iniciativas da ONU, utilizando-se de um discurso de defesa da cooperação internacional e do multilateralismo, a China integra-se ainda mais no Sistema Internacional, permitindo com que o país tenha mais influência e poder de barganha para projetar sua política externa. Deste modo, analisar a proatividade da China nas operações de paz da ONU faz-se pertinente para melhor compreender os objetivos de política externa chineses e o seu impacto no Sistema Internacional.

3.1 A CHINA NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Antes de abordar a participação da China, é importante entender o que são as operações de paz da ONU para, então, compreender os motivos da participação chinesa neste âmbito.

Tendo um cenário internacional marcado por conflitos em diversas regiões do mundo, as operações de paz da ONU passaram a ser bastante conhecidas pela comunidade internacional e pela sociedade civil. Estas missões atuam em favor de um dos pilares da ONU – garantir a paz e segurança internacionais – e podem ser consideradas como um determinante fundamental da promoção da segurança coletiva. Gouldin (1991) define as operações de paz da ONU como:

Operações de campo das Nações Unidas, nas quais pessoal civil e ou militar é empregado com o consentimento das partes e sob o comando das Nações Unidas, para ajudar a controlar e resolver conflitos internacionais ou internos, existentes ou potenciais, que tenham uma clara dimensão internacional. (apud DE MELO, 2006, p. 11)

A Liga das Nações, criada em 1919, já tinha ações que possuíam a finalidade de prevenir conflitos e manter a paz e segurança internacionais. Porém, foi apenas com as Nações Unidas que as operações de paz ganharam nomenclatura e foram institucionalizadas. Entretanto, devido à falta de previsão legal, as operações de paz da ONU nasceram e permanecem até hoje como estruturas ad hoc. O que legitima sua existência são os capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII (participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança internacionais) da Carta da ONU que, mesmo sem mencionar diretamente a legalidade da existência das missões, permitem uma brecha para a sua atuação.

Por causa do contexto bipolar da Guerra Fria, o Conselho de Segurança, que é o órgão responsável pela autorização das operações de paz, estava paralisado. Assim, a primeira geração das missões de paz, ou seja, as operações tradicionais, tinham funções limitadas de caráter não-coercitivo, com a finalidade principal de prevenir o confronto direto entre as grandes potências. Assim, estas operações contavam com equipes de observadores e tropas militares levemente armadas, com o objetivo de lidar com os conflitos (de maioria interestatais), atuando no monitoramento do cessar-fogo e no alívio de tensões sociais.

Entretanto, com o fim da Guerra Fria, o cenário internacional sofreu mudanças e, como consequência, as operações de paz também se alteraram. A bipolaridade do sistema deixou de ser o centro das atenções para dar lugar à preocupação com os conflitos intraestatais. As novas demandas para ajudar os agentes domésticos a garantir a ordem interna, levou à criação de operações multidimensionais. Estas com funções e responsabilidades ampliadas “[...] voltadas para a reabilitação das estruturas domésticas, a reconciliação nacional e a reconstrução do estado, com vistas à consolidação da paz no âmbito interno e a sua preservação no nível internacional” (DE MELO, 2006, p. 11). Além disso, segundo Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de Melo (2006), a democracia liberal e os direitos humanos passaram a ser defendidos e vistos como importantes à segurança internacional. Isto levou a comunidade internacional a aceitar e até legitimar (sob as égides da democracia e dos direitos humanos) as intervenções humanitárias.

Ao longo dos anos, com a mudança da natureza dos conflitos e o maior aprendizado da ONU acerca das missões de paz, a Organização foi modificando a estrutura de suas operações em campo para melhor atender às novas demandas. Assim, elas passaram de uma equipe militar observadora do cessar-fogo para um sistema

complexo de tarefas multidimensionais e com uma multiplicidade de atores, com o objetivo de garantir que seja implementada uma base para uma paz sustentável e acordos abrangentes.

De acordo com Montenegro (2021), a China é o membro permanente do Conselho de Segurança que mais contribui com as missões de paz da ONU, tendo em 30 anos de ativismo nas operações, participado diretamente de 26 missões (Tabela 1), enviando mais de 40 mil oficiais (XINHUA, 2020). “A contribuição da China nas operações de paz da ONU constitui o que talvez seja o traço mais notável do engajamento do País em termos de segurança internacional” (SHAMBAUGH, 2013 apud MONTENEGRO, 2017, p. 2).

TABELA 1 – A PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU AO LONGO DOS ANOS

MISSÕES	PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO
UNTSO	Abril 1990 - presente
UNIKOM	Abril 1991 - Janeiro 2003
MINURSO	Set 1991 - presente
UNAMIC	Dez 1991 - Mar 1992
UNTAC	Mar 1992 - Set 1993
ONUMOZ	Jun 1993 - Dez 1994
UNOMIL	Nov 1993 - Set 1997
UNOMSIL	Ago 1998 - Out 1999
UNAMISIL	Out 1999 - Dez 2005
UNMEE	Out 2000 - Ago 2008
MONUC	Abril 2001 - Jun 2010
UNMIL	Out 2003 - Dez 2017
UNOCI	Abril 2004 - Fev 2017
ONUB	Jun 2004 - Set 2006
UNMIS	Abril 2005 - Jul 2011
UNIFIL	Mar 2006 - presente
UNMIT	Out 2006 - Nov 2012
UNAMID	Nov 2007 - presente
MONUSCO	Jul 2010 - presente
UNFICYP	Fev 2011 - Ago 2014
UNMISS	Jul 2011 - presente
UNISFA	Jul 2011 - Out 2011
UNSMIS	Abril 2012 - Ago 2012
MINUSMA	Out 2013 - presente
MINUSCA	Jan 2020 - presente
UNITAMS	Jun 2020 - presente

FONTE: XINHUA, 2020 (COM ELABORAÇÃO DA AUTORA)

Analisando a Tabela 1, pode-se perceber que, desde o início da participação da China nas missões de paz da ONU, o país passou a ter um ativismo considerável ao longo dos anos.

Este alto nível de ativismo da China nas missões de paz da ONU pode ser justificado por vários aspectos. Segundo Montenegro (2017, p. 6), a China visa ganhar reconhecimento internacional como uma “grande potência legítima”, mas ainda se mantendo como “*non-Western, non-imperialist developing state*”; busca transmitir para a comunidade internacional a imagem de que ela é um “poder responsável”; se colocar como “poder atípico” de modo a enaltecer o desenvolvimento pacífico e a não desestabilização do Sistema Internacional em função dos interesses nacionais; além de que é uma forma “[...] relativamente barata para mostrar seu comprometimento com a paz e segurança internacional” (MONTENEGRO, 2017, p. 6). Isto tudo pode ser relacionado aos princípios da Política Externa chinesa pautados na “ascensão pacífica”. Através do maior engajamento chinês com as missões de paz da ONU, a China se mostra preocupada com a resolução de conflitos e promoção da paz por meio do multilateralismo, colocando-se no âmbito internacional como uma potência pacífica. De acordo com uma análise publicada pelo governo chinês em 2020, a China possui alguns objetivos ao se engajar nas operações de paz (XINHUA, 2020). Dentre eles, pode-se citar: cumprir as responsabilidades de ser uma grande potência no que concerne à garantia da paz mundial; comprometimento com o desenvolvimento pacífico e defesa do multilateralismo e do sistema internacional pautado pelos princípios da Carta da ONU.

Além disso, o engajamento da China nas operações de paz das Nações Unidas, segundo o *The Diplomat* (2015), legitima o papel construtivo do país em relação à paz e desenvolvimento, bem como a defesa da cooperação internacional por meio das missões de paz pode ser vista como um elemento estratégico para a Política Externa chinesa, já que isto pode fazer com que os posicionamentos do país no Conselho de Segurança da ONU sejam fortalecidos justamente pelo fato da China se engajar em ações a favor dos interesses defendidos por ela e que são comuns às Nações Unidas.

O discurso oficial chinês afirma estar em busca de ser uma potência responsável, tendo um desenvolvimento pacífico e sendo o líder do Sul global, de modo que uma postura mais proativa na segurança internacional é justificável. Além disso, o governo chinês alega que a participação do país nas operações de paz proporciona “[...] uma oportunidade de dar experiência de campo às forças militares nacionais” (MONTENEGRO, 2016, p. 7). Porém, a literatura mainstream do tema afirma que existem inúmeros fatores determinantes para o engajamento da China nas operações, desde aspectos materiais e questões identitárias até aspectos vol-

tados para normas e instituições. Dentre estes determinantes encontra-se o interesse chinês no comércio. Exemplo disso é o grande interesse da China pela paz no Oriente Médio. Pode-se exemplificar tal interesse por meio da atuação chinesa na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Rakhmat (2014) afirma que a preocupação chinesa com relação à estabilização da paz no Líbano se dá por causa do potencial libanês de proporcionar à China um aumento no seu mercado de exportação; sendo a China, hoje, a origem principal das importações libanesas.

Nesta perspectiva, vale ressaltar ainda, o interesse chinês em recursos energéticos e a diplomacia do petróleo, com foco principal no continente africano, pois, segundo dados da ONU, a África é o continente que mais recebe contribuições da China para as operações de paz; sendo, segundo Montenegro (2016), cerca de $\frac{3}{4}$ das operações chinesas concentradas neste território. Como pode ser observado na Tabela 2, sete das nove missões de paz que a China participa atualmente estão concentradas na África.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DA CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU (DADOS DE JAN/2022)

MISSÕES	REGIÃO	CONTRIBUIÇÃO DE OFICIAIS
UNTSO	Oriente Médio	5
MINURSO	Saara Ocidental - África	11
UNIFIL	Líbano - África	420
MONUSCO	República Democrática do Congo - África	232
UNFICYP	Chipre - Europa	6
UNMISS	Sudão do Sul - África	1060
UNISFA	Abyei - África	86
MINUSMA	Mali - África	422
UNITAMS	Sudão - África	1
TOTAL		2243

Fonte: ONU, 2022 (COM ELABORAÇÃO DA AUTORA)

A participação chinesa na Missão de Paz da ONU para o Sudão do Sul (UNMISS) é um exemplo do interesse da China em questões energéticas e pode-se perceber pela análise da Tabela 2, que a UNMISS é a missão de paz ativa que a China mais envia oficiais, representando 47,3% do contingente total enviado pelo país. Neste sentido, é importante destacar que a China tem direitos às jazidas de petróleo no Sudão compradas por empresas chinesas por meio de mecanismos de licitação internacional e 80% das reservas de petróleo sudanesas estão localizadas no sul, porém o país não tem capacidade de extrair petróleo por conta própria devido à falta de recursos – tanto financeiros quanto materiais (ANSHAN, 2007).

Além disso, o fato de rebeldes sudaneses atacarem instalações de petróleo no país, levando o governo sudanês a enviar suas tropas para proteger as jazidas e os chineses que nela trabalham; bem como a China ter sido criticada por manter suas relações com o Sudão como essencialmente comerciais para a garantia da compra dos recursos energéticos, leva à interpretação de que a China pode estar engajada na UNMISS para proteger suas jazidas de petróleo e manter seu prestígio internacional de potência responsável (RACY; OLIVEIRA, 2015).

Ademais, questões ligadas ao reconhecimento diplomático de Taiwan são, segundo Montenegro (2017), fatores determinantes no “[...] processo decisório da China referente às operações de paz da ONU” (MONTENEGRO, 2017, p. 8). Pode-se observar que a China passa a atuar de modo a mostrar sua força diplomática e militar por meio das operações de paz àqueles países que não reconhecem a “Política de Uma China”². Verifica-se este comportamento no envio de tropas chinesas para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

De fato, as operações do Haiti, em especial, não apenas representam o contínuo apoio da China à manutenção da paz das Nações Unidas, mas também demonstram que sua abordagem à atividade se tornou mais sofisticada do que na década de 1990. O Estado do Caribe não reconhece formalmente a RPC, mantendo laços com o governo de Taiwan. (LANTEIGNE e HIRONO, 2012, p. 3)

Nota-se, portanto, que a República Popular da China se utiliza das missões de paz da ONU para ampliar sua influência internacional e ir em busca dos seus interesses nacionais, bem como reforça o multilateralismo e a cooperação internacional contra a hegemonia das potências ocidentais tradicionais e, para, também, elevar a harmonia entre os países e florescer o diálogo entre as civilizações para proporcionar espaços de progresso pacífico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas perspectivas aqui elencadas, buscou-se enfatizar a importância da República Popular China para as decisões no âmbito global desde a sua fundação, em 1949, até hoje. Através da análise histórica e institucional, pôde-se entender o processo de inserção internacional chinês e a variação do seu nível de ativismo no plano internacional, defendendo o multilateralismo contra as tentativas hegemônicas das potências ocidentais tradicionais e a busca dos interesses nacionais por

² Princípio defendido pelo governo da República Popular da China, no qual afirma que só existe uma única China, atualmente governada por dois sistemas diferentes. Declara que Taiwan faz parte desta única China, de modo a negar as afirmações de independência de Taiwan.

meio da ampliação da influência internacional chinesa.

A China se consolidou como uma alternativa de mercado e de poder decisivo ao longo dos anos, datando desde “o fim era” da bipolaridade da Guerra Fria que deu lugar à hegemonia estadunidense e poder às potências ocidentais tradicionais. A defesa da multipolaridade nas relações internacionais e na tomada de decisões é uma parte importante da Política Externa da China, vinculada aos princípios de salvaguarda da soberania, autodeterminação dos povos, defesa dos interesses nacionais, integridade territorial e desenvolvimento econômico.

Assim, o estudo acerca do ativismo da China no escopo internacional, por meio das operações de paz, fez-se necessário para que se possa melhor compreender as intenções do país no que diz respeito à sua política externa, já que esta defende princípios compatíveis aos da ONU, porém também visa maior reconhecimento do seu poder no âmbito internacional.

Dessa forma, observou-se que, com a reinserção da China no Sistema Internacional no pós-Guerra Fria, esta passou a buscar ampliar sua área de influência. Nesta perspectiva, um instrumento encontrado pela República Popular da China para se projetar para fora da sua zona regional de influência e tentar garantir seus interesses com relação a recursos energético-naturais e o combate às políticas a favor da independência de Taiwan, foram as missões de paz das Nações Unidas.

Como foi mostrado ao longo do texto, uma variedade de fatores pode ser levantada para explicar o crescente ativismo da China nas operações de paz das Nações Unidas, como busca pelos princípios de política externa e interesses nacionais já mencionados. Assim, por meio de sua proatividade junto à ONU, a China é exitosa em atingir a defesa da multilateralidade das estruturas nacionais, mostrar-se para a comunidade internacional como uma potência responsável e que visa o desenvolvimento pacífico, além de fortalecer seu prestígio junto às Nações Unidas e seus membros ao engajar-se em suas iniciativas e defender os princípios da Carta da ONU. Este ponto pode ser visto no seguinte trecho do texto *China's Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations*, publicado pelo Governo chinês em setembro de 2020:

A China está pronta para dar as mãos a todas as nações amantes da paz para defender e buscar o multilateralismo e a cooperação internacional e defender o sistema internacional centrado na ONU e as normas básicas das relações internacionais sustentadas pelos propósitos e princípios da Carta da ONU. (XINHUA, 2020, p. 11, tradução nossa)³

³ Texto original: “China is ready to join hands with all peace-loving nations to champion and pursue multilateralism, and uphold the international system centered on the UN and the basic norms of international relations underpinned by the purposes and principles of the UN Charter” (XINHUA, 2020, p. 11).

Por fim, pode-se inferir que o interesse nacional de dar continuidade ao seu desenvolvimento econômico se associa ao ativismo da China no que se refere à segurança energética, já que a maior parte das tropas chinesas destinadas à ONU, encontra-se em operações no continente africano e isso facilita o seu relacionamento comercial-energético com países da África, bem como auxilia a China na defesa de suas petroleiras estatais em território africano.

Em sua defesa, o governo chinês alega que a crescente participação em operações de paz da ONU se deve, em primeiro lugar, à nova postura de proatividade internacional do país, mas também por se tratar de uma oportunidade de dar experiência de campo às forças militares nacionais. Aqui, vale lembrar que, no início do século XXI, só havia operações de petroleiras estatais chinesas em um país africano, o Sudão. Passada pouco mais de uma década, as estatais estão presentes em cerca de 20 países. (MONTENEGRO, 2016, p.7)

Relacionada aos interesses nacionais, uma correlação que pode ser estudada para uma agenda futura de pesquisa é até que ponto a China se engaja nas missões de paz para preservar a sua segurança nacional. Uma vez que o país envia tropas para serem treinadas nas operações, uma hipótese que se pode levantar é a de que a China consegue mostrar o poder de suas tropas e a sua capacidade de manter a integridade territorial para o mundo, podendo desestimular seus potenciais inimigos a engajarem em um conflito armado com o Exército chinês.

Porém, independente dos diversos fatores norteadores da participação chinesa nas operações de paz da ONU, é notória a crescente participação da China nessas iniciativas e sua importância para a promoção da paz e segurança internacionais. Diante do conforto da RPC com a forma como as missões são realizadas e os diversos benefícios adquiridos com este ativismo, é provável que a China permaneça interessada por mais alguns anos em ser um dos maiores contribuintes de tropas para as operações de paz da ONU do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. **China Security**. Vol 3 No 3, World Security Institute, 2007. Disponível em: http://www.chinasecurity.us/index.php?option=com_content&view=article&id=105. Acesso em: 15 mar. 2022.

BOBBIO, N. Matteucci, N.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. II. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília. Ed. da Universidade de Brasília, 5ª Ed. 2000. pp. 1091–4.

Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China. Rio de Janeiro, 2008. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 458p. ISBN: 9788576311249. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000045.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

CUNHA, A. M. **A Economia do “Milagre Chinês”**. Encontro Nacional de Economia (36.: 2008 dez.: Salvador, BA). Anais. Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30303/000685278.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2017.

CUNHA, Luís. **A hora do Dragão: política externa da China, cultura, estratégia e geopolítica**. Lisboa, Zebra Publicações, 2012. ISBN: 9789898391278.

DE MELO, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal. **O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ MULTIDIMENSIONAIS DA ONU NO PÓS-GUERRA FRIA: Direitos Humanos, Polícia Civil e Assistência Eleitoral**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2006.

EUROMONITOR INTERNATIONAL. **China: country profile**. 2011. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/china-country-profile/report>. Acesso em: 03 out. 2021.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2013, v. 56, n. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mTGnk7hRXjBmJvMqmdQCZrh/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOTZ, Ricardo. Cresce a contribuição da China para as Missões de Paz da ONU. **CEIRI NEWS**, 19 jul. 2017. Disponível em: <http://www.jornal.ceiri.com.br/cresce-contribuicao-da-china-para-as-missoes-de-paz-da-onu/>. Acesso em: 27 out. 2017.

LANTEIGNE, Mark; HIRONO, Miwa. **China’s Evolving Approach to Peacekeeping**. London: Routledge, 2012.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Da Indiferença ao Engajamento: a participação da China em operações de paz das Nações Unidas. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2018, p. 73-97. DOI: 10.21530/ci.v13n1.2018.724.

MONTENEGRO, Renan Holanda. **China in UN Peacekeeping Operations: a 30-year assessment (1990-2019)**. Contexto Internacional, vol. 43(2) May/Aug 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5kWmMjG79XtvgZ-VQ3tRsS6B/abstract/?lang=en#>. Acesso em: 17 março 2021.

MONTENEGRO, Renan Holanda. **IT’S ALL ABOUT THE OIL? O ENGAJAMENTO DA CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

MONTENEGRO, Renan Holanda. **O que explica a participação da China em operações de paz?**. In: 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, 2017, Montevideu. Anais do 9º Congresso ALACIP, 2017.

NOGUEIRA, Camila Martins Oliveira da Silva. **A atuação da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1971-2010) / Evolução da política externa chinesa (1949-2010)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OERTEL, Janka. How China Is Changing the UN. **The Diplomat**, 05 out. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/10/how-china-is-changing-the-un/>. Acesso em: 28 out. 2017.

Office of the United States Trade Representative. **Summary of the Trans-Pacific Partnership Agreement**. October 2015. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2015/october/summary-trans-pacific-partnership>. Acesso em: 20 out 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LEITE, Alexandre César Cunha. Chinese engagement for Global Governance: aiming for a better room at the table?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. spe, p. 265-285, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000300265&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2017.

PAUTASSO, Diego. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 45-56, nov. 2011.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China e Índia: emergência e impacto cultural. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 1, p. 86-101, un. 2007.

RACY, Joaquim Carlos; OLIVEIRA, Mariana Sandoval. A Política Externa Chinesa: relações com o Sudão – um caso para a análise da economia política internacional chinesa. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo. Vol. 26. Número 2 (48). pp. 49 - 64. Set 2015. ISSN 1806-9029.

RAI, Kul B. **Sponsorship of Draft Resolutions and Amendments in the UN General Assembly, 1946-1970**. The University of Chicago Press, Polity. Vol. 10, No 2, Winter, 1977, pp. 290-299. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3234264>. Acesso em: 26 out. 2017.

RAKHMAT, Muhammad Zulfikar. China's Expanding Lebanon Ties. **The Diplomat**, 16 set. 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/09/chinas-expanding-lebanon-ties/>. Acesso em: 29 out. 2017.

SARAIVA, José Flávio. **Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968)**. In: SARAIVA, José Flávio. (Org.) Op. Cit. 2008. Cap. 6.

SHU, Silvana Shioh Shyan. **A inserção internacional da China no pós-Guerra Fria**. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 82-113, dec. 2002.

THE WORLD FACTBOOK. **East and Shoutheast Asia: China**. 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china>. Acesso em: 03 out. 2021.

VALENTE, Leonardo; ALBUQUERQUE, Marianna. Da Discrção ao Ativismo: o novo papel da China no Conselho de Segurança da ONU. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 693-726, ago. 2015.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A Novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011. Dossiê “China: desenvolvimento econômico e segurança internacional”.

XINHUA. **China's Armed Forces: 30 years of UN peacekeeping operations**. Pequim. 18 set. 2020. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202009/18/content_WS-5f6449a8c6d0f7257693c323.html. Acesso em: 17 março 2022.